



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

Registro de preços para eventual aquisição de material de sinalização viária para o Departamento Municipal de Trânsito e Segurança.

Secretaria Municipal das Obras, Trânsito e Segurança - SEMOT.

<b>Data</b>	<b>Versão</b>	<b>Descrição</b>	<b>Autor</b>
27.04.2026	1ª	<b>Registro de preço para eventual aquisição de material de sinalização viária para o Departamento Municipal de Trânsito e Segurança.</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Everton Luís Lima Reis.</li></ul>

Santo Antônio da Patrulha, 27 de abril de 2026.



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO**

O inciso XX do artigo 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, combinado com o artigo 8º do Decreto Municipal nº 333/2022, fundamenta a elaboração deste documento, que constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação. Trata-se de procedimento voltado ao interesse público, destinado a identificar a melhor solução para a demanda apresentada e a embasar os projetos subsequentes, caso se conclua pela sua viabilidade.

### **1. INTRODUÇÃO AO OBJETO.**

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

O objeto da presente licitação consiste no registro de preços para eventual aquisição de materiais destinados à sinalização viária, a fim de possibilitar ao Departamento Municipal de Trânsito e Segurança o adequado desempenho de suas atribuições, especialmente no que se refere às atividades de manutenção, substituição e implantação de sinalização nas vias públicas do Município.

Ressalta-se que esteve vigente a Ata de Registro de Preços nº 037/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 037/2025, cuja vigência encerra-se em 26 de maio de 2026. Diante da natureza contínua da demanda e da essencialidade dos materiais para a execução das atividades desta Secretaria, torna-se imprescindível a instauração de novo procedimento licitatório, sob pena de comprometimento dos serviços prestados e prejuízo à segurança viária no âmbito municipal.

### **2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO.**

A contratação pretendida está prevista com o Plano de Contratações Anual do Município de Santo Antônio da Patrulha, como se vê nos itens 2327 a 2330, de 2332 a 2371 e 2374 daquele documento, estando assim alinhada com o planejamento desta administração.

### **3. DEFINIÇÃO, ESPECIFICAÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.**

Os itens, objeto do presente processo, consistem em **materiais de sinalização viária para o Departamento Municipal de Trânsito e Segurança.**



Trata-se de materiais de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente em edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme dispõe o art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os materiais deverão atender às normas técnicas aplicáveis, quando houver, bem como às exigências de durabilidade e resistência compatíveis com sua utilização em vias públicas.

A contratação será realizada mediante licitação na modalidade Pregão Eletrônico, adotando-se o critério de julgamento pelo menor preço, nos termos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Para o fornecimento dos materiais pretendidos, os licitantes deverão comprovar atuação em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, garantir a qualidade dos produtos ofertados e apresentar a documentação de habilitação prevista no art. 62 da Lei nº 14.133/2021.

### **3.1. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA:**

O objeto desta licitação, **material de sinalização viária para o Departamento Municipal de Trânsito e Segurança**, deverá ser entregue e devidamente descarregado na Secretaria Municipal das Obras, Trânsito e Segurança (SEMOT), localizada na Rua Senador Alberto Pasqualini, 867 - Lot. Solar, Santo Antônio da Patrulha - RS, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da solicitação formal, por meio do envio da Nota de Empenho, ou em local previamente indicado por esta Secretaria ou pelo fiscal da ata.

As entregas deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 7h30min e 11h30min, e das 13h30min às 17h30min. Este horário poderá ser alterado a critério da Administração Municipal.

Caso os itens entregues não atendam às especificações estabelecidas no edital, estarão sujeitos à devolução, hipótese em que o licitante vencedor deverá providenciar a substituição imediata, sem ônus para a Administração.

### **3.2. PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a entrega dos materiais, mediante a apresentação dos documentos de cobrança, em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, nos quais deverão estar discriminados os materiais entregues, e deverá ainda, constar na Nota Fiscal, o número da Licitação e o número da Nota de Empenho prévio, emitida por esta Prefeitura.



O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada pela DETENTORA DA ATA no processo licitatório.

Não será efetuado qualquer pagamento à empresa DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

### **3.3. RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA:**

Manter, durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Manter em estoque e em perfeitas condições de uso os materiais, objeto da presente licitação.

Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE.

Indenizar terceiros por prejuízos que vier a causar-lhes, em decorrência do fornecimento do objeto contratual, sem prejuízo de suas responsabilidades.

Comunicar, por escrito, na forma do estabelecido no Termo de Referência, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido no fornecimento do material.

Não transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

Efetuar a troca dos materiais, objeto da ata, caso não estejam de acordo com o exigido.

Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais.

### **3.4. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:**

Efetuar o pagamento conforme o determinado no Termo de Referência.

Cobrar, no momento da entrega, a fiscalização dos materiais, objeto do presente processo licitatório, que será realizada pelo fiscal da ata, indicado na respectiva Portaria.



<b>4. ESTIMATIVA DA DEMANDA – QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS.</b>			
<b>PROCESSO ANTERIOR:</b>	<b>CONSUMO ANTERIOR</b>	<b>CONSUMO ATUAL PRETENDIDO:</b>	<b>VIGÊNCIA DA ATA:</b>
ARP N.º 037/2025 – P.E. 37/2025	50 itens	45 itens.	12 meses.

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base no histórico de consumo do Departamento Municipal de Trânsito e Segurança, considerando as demandas recorrentes de manutenção, substituição e implantação de sinalização viária no Município.

Para a definição dos quantitativos, foram analisados os registros de utilização dos materiais em exercícios anteriores, bem como a vigência e execução da Ata de Registro de Preços nº 037/2025, além da projeção das necessidades futuras, levando em conta o crescimento das demandas operacionais, a ampliação de áreas atendidas e a necessidade de reposição decorrente do desgaste natural dos materiais expostos às intempéries e ao tráfego contínuo.

Ressalta-se que os quantitativos indicados possuem caráter estimativo, não constituindo obrigação de contratação integral por parte da Administração, mas servindo como referência para a formação de preços e planejamento da futura contratação, conforme a sistemática do registro de preços.

A definição adequada das quantidades visa garantir a continuidade dos serviços públicos prestados, evitando desabastecimento de materiais essenciais à sinalização viária, o que poderia comprometer a segurança no trânsito e a organização das vias públicas.

Registra-se que parte dos itens anteriormente constantes na Ata de Registro de Preços nº 037/2025 não foi incluída na presente contratação, em razão de adequações realizadas no planejamento da demanda. Dentre esses, alguns itens tiveram sua aquisição antecipada, inclusive com ajustes qualitativos, enquanto outro encontra-se contemplado em processo de estimativa conduzido de forma centralizada pela Administração, não sendo necessária sua inclusão no presente certame.

## **5. ANÁLISE DAS SOLUÇÕES.**

Para atendimento da necessidade administrativa motivadora da presente proposta de contratação não se identificou solução que não seja a contratação de empresas especializadas no ramo de fornecimento dos referidos materiais.



Dentre as possibilidades, considerou-se a fabricação própria dos itens. Contudo, tal alternativa mostrou-se inviável, em razão da ausência de estrutura operacional adequada, insuficiência de recursos humanos especializados e da necessidade de aquisição de insumos, equipamentos e eventual contratação de mão de obra, o que resultaria em maior custo e menor eficiência para a Administração.

Também se analisou a possibilidade de contratações pontuais, sem a utilização do sistema de registro de preços, hipótese que foi afastada por não atender de forma adequada à natureza contínua da demanda, podendo ocasionar desabastecimento e prejuízos à manutenção das atividades do setor.

Dessa forma, sob os aspectos técnico e econômico, conclui-se que a solução mais adequada consiste na realização de processo licitatório, por meio do sistema de registro de preços, para aquisição dos materiais de sinalização viária, garantindo maior eficiência, economicidade e continuidade no atendimento das demandas do Departamento Municipal de Trânsito e Segurança.

## **6. ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO.**

Estima-se que o valor da aquisição seja em torno de R\$100.000,00, com base em licitação anterior, considerando as adequações realizadas nos itens que compõem a presente contratação.

Tal valor foi baseado nos valores adjudicados e homologados na ata de registro de preços firmada no último exercício, com as respectivas atualizações, acessível no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, por intermédio do link: <http://www.santoantoniodapatrulha.rs.gov.br/pmsap/atas-de-registro-de-precos>.

Vislumbra-se que tal valor deverá ser compatível com os orçamentos e com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal nº 16/2023, que “Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Santo Antônio da Patrulha, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

## **7. IDENTIFICAÇÃO DA SOLUÇÃO.**

A solução proposta é o registro de preços para aquisição de materiais destinados à sinalização para segurança das vias no trânsito do Município, conforme as especificações e condições descritas em cada item no Termo de Referência, para que posteriormente a Administração Pública Municipal realize de forma eficiente as atividades de manutenção, substituição e implantação da sinalização viária.





Neste sentido, segue indicação de potenciais fornecedores: ALEX ANDERSON GOULART – CNPJ 34.678.112/0001-18, ALMADA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – CNPJ 13.014.203/0001-89, DIPAR FERRAGENS LTDA - CNPJ 16.868.674/0001-42, SINALIZA SOLUÇÕES EM SINALIZAÇÃO LTDA CNPJ 23.027.776/0001-09 e USIBRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VIDROS LTDA – CNPJ 37.954.602/0001-98.

Tais referências foram obtidas por meio de pesquisas em licitações anteriores, efetuadas com base no Decreto Municipal nº 016/2023, que “Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Santo Antônio da Patrulha, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

## **8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO.**

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações deverão observar o princípio do parcelamento, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, de modo a ampliar a competitividade e evitar a concentração de mercado. O §1º do mesmo artigo estabelece que, na aplicação desse princípio, devem ser considerados fatores como a responsabilidade técnica, o custo administrativo decorrente da gestão de múltiplos contratos e as vantagens da divisão do objeto em itens, especialmente quando não se tratar de sistema único e integrado.

Considerando tais parâmetros, o parcelamento do objeto em itens distintos mostra-se tecnicamente viável e conveniente, tendo em vista a diversidade de materiais que compõem a sinalização viária, tais como placas, suportes, dispositivos auxiliares, insumos para sinalização horizontal, entre outros.

Embora os materiais sejam utilizados de forma complementar nas atividades de manutenção, substituição e implantação da sinalização viária nas vias do Município, possuem natureza, características técnicas, unidades de medida e formas de fornecimento distintas, o que possibilita a contratação de fornecedores diferentes para cada item, sem prejuízo à execução do objeto pretendido pela Administração.

O parcelamento, nesse contexto, favorece a ampliação da competitividade, permitindo a participação de empresas especializadas em diferentes segmentos do mercado, reduzindo o risco de concentração e contribuindo para a obtenção de propostas mais vantajosas sob o ponto de vista econômico.



Ademais, a divisão do objeto não compromete a responsabilidade técnica nem a gestão contratual, uma vez que a fiscalização e o recebimento dos materiais permanecem centralizados nesta Secretaria, que detém o controle sobre a qualidade e a aplicação dos insumos.

Dessa forma, em observância ao princípio do parcelamento, a presente contratação será estruturada em itens independentes, assegurando a economicidade, a competitividade e a adequada execução das atividades de sinalização viária no âmbito do Município.

## **9. RESULTADOS PRETENDIDOS.**

O presente processo licitatório tem por objetivo selecionar a proposta mais vantajosa para o Município, conforme os princípios da economicidade, eficiência e legalidade.

Busca-se, ainda, garantir o tratamento isonômico entre os licitantes, promover a justa competição e prevenir contratações com sobrepreço, preços inexequíveis ou que possam resultar em superfaturamento durante a execução contratual.

A contratação decorrente desta licitação deverá observar as boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização do uso de recursos públicos e a mitigação dos impactos ambientais.

## **10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À ATA.**

A Secretaria Municipal das Obras, Trânsito e Segurança indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal da ata.

Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- a) Elaboração de minuta do edital;
- b) Designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação (conforme o caso);
- c) Encaminhamento do processo para análise jurídica;
- d) Análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- e) Publicação e divulgação do edital e anexos;
- f) Resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e ou impugnação, caso aplicável;
- g) Realização do certame, com suas respectivas etapas;
- h) Assinatura e publicação da ata de registro de preços; e
- i) Emissão de empenho conforme a demanda.



## **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E OU INTERDEPENDENTES.**

O presente estudo não identificou a necessidade de contratações acessórias para a adequada execução do objeto, tendo em vista que todos os meios necessários à aquisição e à operacionalização dos serviços podem ser plenamente atendidos com a contratação ora proposta. Assim, o bem pretendido é autônomo, não exigindo contratações correlatas ou interdependentes.

## **12. ANÁLISE DOS IMPACTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS, ECONÔMICOS E ANÁLISE DE RISCO.**

<b>IMPACTO AMBIENTAL</b>	<b>MEDIDA DE TRATAMENTO</b>
- Não foi constatado impacto ambiental para esta contratação, tendo em vista que os materiais serão comprados nas medidas e tamanhos necessários, não havendo assim, sobra de material para descarte.	- Em caso de quebra ou degradação, serão destinados para destinação ambientalmente adequada, conforme a legislação vigente.
- A aquisição dos materiais não implica em impacto ambiental direto, mas apenas indireto derivado de seu processo de fabricação.	- Conclui-se que a aquisição de materiais de sinalização viária acarreta impactos ambientais indiretos, previsíveis e mitigáveis, os quais não inviabilizam a contratação, desde que observadas às exigências legais de regularidade ambiental dos fornecedores, sendo a solução ambientalmente aceitável e compatível com as necessidades da Administração Pública.
Ao contratar empresas comprometidas com a sustentabilidade ambiental, o Município contribui para a preservação dos recursos naturais e para o desenvolvimento sustentável e a redução de impactos ambientais associados à cadeia produtiva.	
<b>IMPACTO SOCIAL</b>	<b>MEDIDA DE TRATAMENTO</b>
- A aquisição de materiais de sinalização viária é fundamental para o desenvolvimento do Município, especialmente no que se refere à organização, segurança e fluidez do tráfego nas vias públicas, tanto urbanas quanto rurais.	Impacto positivo. Não há medida de tratamento



<p>A adequada implantação, manutenção e conservação da sinalização contribuem diretamente para a orientação dos usuários das vias, disciplinando o trânsito e reduzindo conflitos entre veículos e pedestres.</p> <p>Melhores condições de sinalização resultam em maior segurança viária, proporcionando deslocamentos mais seguros, redução do número de acidentes e aprimoramento da mobilidade urbana. Ademais, impactam positivamente na logística de circulação de pessoas e mercadorias, promovendo maior eficiência nas atividades econômicas e nos serviços públicos.</p>	
<p>- Atendimento às demandas de infraestrutura do Município de forma eficiente e economicamente viável.</p>	<p>Impacto positivo. Não há medida de tratamento</p>
<p>- Manutenção de serviços públicos essenciais desta municipalidade.</p>	<p>Impacto positivo. Não há medida de tratamento</p>
<b>IMPACTO ECONÔMICO</b>	<b>MEDIDA DE TRATAMENTO</b>
<p>- A Administração poderá adquirir itens acima do necessário, causando gastos excessivos ao erário, de verbas que poderiam ser destinadas a outras finalidades.</p>	<p>- A administração não precisa manter estoque próprio em larga escala, pois a ata de registro de preços permite a solicitação do fornecimento conforme a demanda real.</p> <p>- Os profissionais deverão ser orientados a bem preservar os materiais, enquanto os servidores deverão ser orientados a solicitar novas aquisições somente se de fato necessário.</p>



<p>- Os orçamentos realizados pela Administração poderão ficar acima da média de mercado, causando gastos excessivos e desnecessários ao erário.</p>	<p>- A equipe responsável pela pesquisa de preços na Administração deverá ser devidamente orientada a observar os critérios legais e normativos aplicáveis à elaboração de orçamentos, levando em consideração a quantidade licitada, com vistas a assegurar maior precisão na pesquisa e otimização da economicidade na contratação pública, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.</p>
<p>- Os orçamentos realizados pela Administração podem ser inexequíveis, causando desinteresse dos fornecedores e possibilidade de redução da competitividade e frustração da licitação.</p>	<p>- A equipe responsável pela pesquisa de preços na Administração deverá ser orientada a seguir os parâmetros legais e metodológicos de elaboração de orçamentos, levando em consideração a quantidade licitada e atentando-se à exequibilidade dos valores levantados, de modo a evitar a definição de preços significativamente abaixo da média de mercado, o que pode comprometer a competitividade, a viabilidade da contratação e a efetividade da licitação, em consonância com a Lei nº 14.133/2021.</p>

**ANÁLISE DE RISCO**

Para a presente contratação, poderão ocorrer riscos de não entrega dos itens pelas empresas registradas, ocasionando a necessidade de elaboração de notificações extrajudiciais e, persistindo a ausência de entrega, a abertura de processo administrativo especial (PAE). Tal situação pode resultar na falta dos itens licitados e no consequente impacto aos serviços prestados.

Para evitar tal situação, deverão ser contratadas empresas que comprovarem sua aptidão a comercializarem com a Administração Pública, por intermédio dos documentos de habilitação, bem como ser orientado às licitantes acerca da importância do cumprimento das obrigações



estabelecidas neste estudo técnico preliminar, termo de referência e demais documentos licitatórios.

### **13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE.**

Com base na justificativa e nas especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

### **14. APROVAÇÃO E ASSINATURA.**

O Estudo Técnico Preliminar está aprovado e assinado pelos Integrantes Administrativos, Unidade Administrativa Requisitante e pela Autoridade Máxima Competente.

Santo Antônio da Patrulha, 27 de abril de 2026.

**INTEGRANTE ADMINISTRATIVO: Everton Luís Lima Reis - Oficial Administrativo;**

**INTEGRANTE ADMINISTRATIVO: Rozelaine dos Santos Oliveira - Diretora  
Administrativa de Obras;**

**UNIDADE ADMINISTRATIVA: Marcelo Santos da Silva - Secretário Municipal das Obras,  
Trânsito e Segurança;**

**AUTORIDADE MÁXIMA COMPETENTE: Rodrigo Gomes Massulo - Prefeito Municipal.**